



A partir da Constituição Federal de 1988, várias experiências de participação social na gestão das cidades têm sido colocadas em práticas no Brasil, a exemplo dos Observatórios Sociais.

O primeiro Observatório Social surgiu a partir da Convenção das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná, realizada em 2005, na cidade de Maringá. A partir desta convenção, foi criado, em 2006, o Observatório Social de Maringá.

Os observatórios sociais buscam de maneira objetiva um monitoramento das compras públicas, análise transparente em nível municipal desde sua publicação do edital. Cada observatório é integrado por cidadãos que transformam o seu direito em indignar-se com atitude em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos. Nesse sentido a questão problema que o artigo busca responder é: qual o papel desempenhado pelos OS nas cidades da Amazônia?

A análise toma como referencia os Observatórios Sociais de Belém e Castanhal, Estado do Pará; Palmas, no Estado do Tocantins e Rolim de Moura, no Estado de Rondônia. De forma particular, busca-se analisar as incidências e os resultados alcançados pelos OS frente à gestão pública, nos diferentes contextos da Amazônia Brasileira.

O estudo quanto à metodologia caracteriza-se por adotar uma abordagem qualitativa, para a coleta de dados utilizou-se entrevista semiestruturadas com um (1) representante dos observatórios.

O artigo está estruturado em duas seções afora a introdução e as conclusões. Na primeira seção trata das reflexões sobre Gestão Social, com objetivo de conceituar e apresentar seus princípios. Na segunda trata-se dos Observatórios Sociais no Brasil. O objetivo desta seção é apresentar os OS existentes no país e na Amazônia, as incidências e resultados de suas ações.

2 GESTÃO SOCIAL

O conceito de gestão social se encontra em um processo de construção gradativa e que se modifica desde sua origem em 1992, quando o termo foi citado no Seminário Iberoamericano de Desarrollo de profesores em gerencia social (TENÓRIO, 2010).

Diversos autores de administração pública e gestão social concordam que ainda não há um conceito final para a gestão social. Porém, ainda assim a gestão social se consolida cada vez como prática (PINHO, 2002). Com o passar do tempo o termo “gestão social” tem tido uma abrangência cada vez maior, tanto na pratica de exercício acadêmico e fundamentalmente em termos midiáticos. Esse fator, segundo França Filho (2008, p.26) tem consigo certos pontos negativos como exemplo a banalização, pois o que não é de interesse de gestão tradicional é visto como gestão social.

¹Professor do Curso de Ciências Sociais. Doutorando do PPAD/UNAMA. jonesbarros1@hotmail.com

²Graduandos do Curso de Ciências Sociais da UNAMA.



Dentre os principais teóricos que tratam de definir o conceito de Gestão Social estão, Cançado, Tenório e Pereira (2011). A Gestão Social é definida como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.

A Gestão Social ainda tem sido usado para identificar as mais variadas práticas sociais de diferentes atores que discutem-na como processo de cidadania deliberativa, focando na constituição de espaços de participação onde a sociedade assuma uma postura ativa, na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas (TENÓRIO, 1998; 2008; FRANÇA FILHO, 2003; 2008; JUNQUEIRA, et al., 2009), frente à gestão das cidades.

O crescimento da população que vive nas cidades acarreta novos e complexos desafios para os gestores públicos locais, pressionando a infraestrutura e o consumo dos recursos naturais.

Como forma de dar instrumentos aos municípios para enfrentarem essa situação, a Constituição Federal de 1988 instituiu a descentralização e a participação da sociedade como eixos centrais do novo período de democratização.

Com efeito, as cidades brasileiras passaram a ser protagonista nos processos de decisão ao mesmo tempo em que tiveram de enfrentar problemas relacionados às desigualdades sociais, a poluição a dificuldade de mobilidade, ao excesso de resíduos, à falta de saneamento básico, habitações precárias, violências e mudanças climáticas. Tais problemas demandam a criação de um novo modelo de gestão pública, que incluísse planos estratégicos eficientes e equipes bem, preparadas para desenvolvê-lo. Nesse novo modelo de gestão a participação da sociedade é fundamental para o processo de elaboração e monitoramento das ações públicas e no caso Brasileiro e em especial Amazônico tem sido, ainda que limitado, influenciados pelos movimentos em Redes com OS.

Segundo Schommer (2014) essas Redes apresentam-se como novos repertórios de ação que buscam promover a governança democrática de cidades e territórios por meio do controle social, da avaliação de planos de desenvolvimento e políticas públicas (SOUZA, 2006) e do engajamento cidadão e de diversos setores da sociedade, a exemplo dos Observatórios Sociais.

3 REDE DE OBSERVATÓRIOS SOCIAIS NO BRASIL

Os observatórios sociais (OS) são organizados em rede, coordenado pelo Observatório Social do Brasil (OBS) que asseguram a disseminação da metodologia padronizada para atuação dos observatórios, promovendo a capacitação e oferecendo o suporte aos OS, além de estabelecer parcerias para o melhor desempenho das ações locais (OSB, 2016).

A rede OBS esta presente em mais de 105 municípios brasileiros em 19 estados. São cerca de 3 mil voluntários trabalhando pela causa da justiça social nos observatórios no Brasil, estima-se que nos

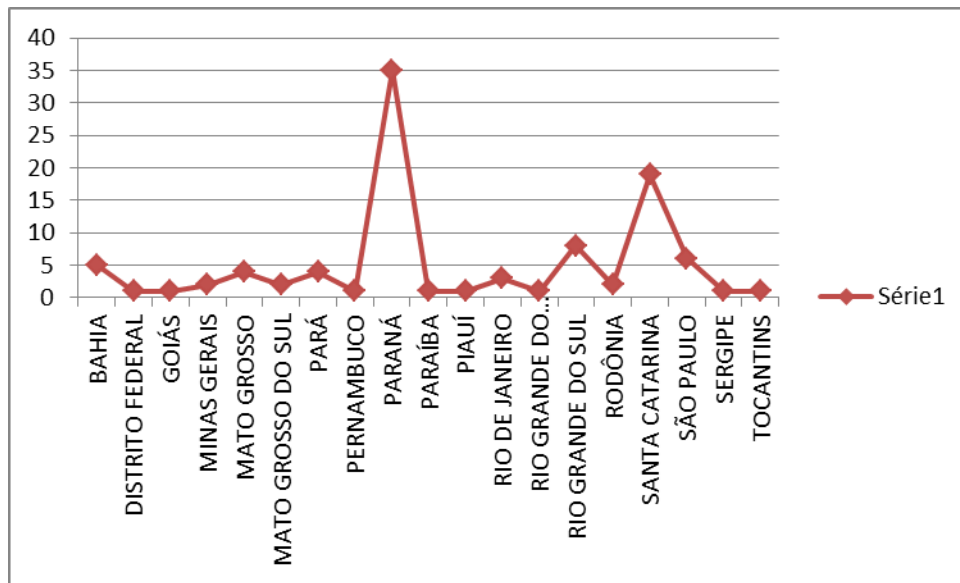
¹Professor do Curso de Ciências Sociais. Doutorando do PPAD/UNAMA. jonesbarros1@hotmail.com

²Graduandos do Curso de Ciências Sociais da UNAMA.

últimos tempos três anos, com a constituição desses voluntários houve uma economia de mais de 1 milhão para os cofres públicos municipais e cada ano mais de R\$ 30 milhões do dinheiro público deixam de ser gastos desnecessários (OSB, 2016).

O gráfico 1 a seguir apresenta os OS que existem por Estado da Federação.

GRAFICO 1 – Observatórios Sociais no Brasil



Fonte: Autores da pesquisa

Observa-se no gráfico a concentração de OS nos Estados da região Sul do país, onde surgiu o primeiro OS (município de Maringá), com destaque para o Paraná e Santa Catarina. Os dados evidenciam que a rede de OSB tem ainda muito a se expandir considerando o quantitativo de municípios no país (OSB, 2016).

O princípio da rede é a justiça social que só será alcançada quando todos os agentes econômicos recolherem seus tributos corretamente e os agentes públicos os aplicarem com ética e eficácia. Tem como missão despertar a cidadania fiscal na sociedade, integrando a rede de controle social, promovendo a conscientização das comunidades a respeito de seus direitos e deveres como contribuintes e cidadãos, praticando a vigilância social sobre a coisa pública assegurando a justiça social (OSB, 2016). A seguir tratar-se-á dos OS nas cidades da Amazônia.

3.1 OS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS NAS CIDADES DA AMAZÔNIA.

Na Amazônia existem sete (7) OS, no Estado do Pará, nos municípios de Belém, Castanhal, Capanema e Abaetetuba; no Estado de Tocantins, em Palmas; no Estado de Rondônia nos municípios de Rolim de Moura e Porto Velho. Ressalta-se que neste artigo pela dificuldade de acesso aos informantes, parcialmente, tratar-se-á dos OS de Belém, Castanhal, Rolim de Moura e Palmas.

¹Professor do Curso de Ciências Sociais. Doutorando do PPAD/UNAMA. jonesbarros1@hotmail.com

²Graduandos do Curso de Ciências Sociais da UNAMA.



QUADRO 1 – Objetivos dos Observatórios Sociais nas cidades da Amazônia

OS	OBJETIVOS
BELÉM - PA	Comprometer a sociedade e sucessivos governos com o desenvolvimento justo, solidário e sustentável do município de Belém.
CASTANHAL – PA	- Monitorar as ações desenvolvidas no âmbito dos poderes executivo e legislativo do Município de Castanhal.
ROLIM DE MOURA - RO	- Acompanhar a aplicação dos gastos públicos.
PALMAS -TO	- Monitoramento, acompanhar processos licitatórios, exigir uma melhor aplicabilidade dos recursos e atuar no combate à corrupção.

Fonte: Autores da pesquisa

Os objetivos dos OS nas cidades da Amazônia estão direcionados ao monitoramento e acompanhamento dos gastos públicos pela gestão pública municipal, no sentido do controle social, além de acompanhar o trabalho desenvolvido pelas câmaras municipais, como é o caso dos OS de Castanhal, Rolim de Moura e Palmas.

Compreende-se que o papel desses OS converge com as ideias de Schommer (2014) segundo a qual essas Redes apresentam-se como novos repertórios de ação que buscam promover a governança democrática de cidades e territórios por meio do controle social e que resulta do engajamento de diversos atores sociais locais, de modo que possam incidir alcançando resultados, pelo bem comum, junto a gestão pública municipal.

3.1.1 As incidências e resultados das ações dos Observatórios Sociais na Amazônia.

Nesta seção apresentar-se-á os dados das entrevistas realizadas com um (1) representante dos OS das cidades da Amazônia escolhidas para o estudo. Ressalta-se que em relação ao OS de Palmas, não foi possível identificar os resultados, porém, por se tratar de um estudo ainda inconcluso esses dados ainda serão coletados e analisados.

As principais incidências empreendidas pelos OS nas cidades estudadas relacionam-se ao acompanhamento das licitações promovidas pelo executivo local, bem como a participação das sessões do legislativo municipal. Merece destaque as incidências do OS de Belém que tem procurado atuar com ênfase nas políticas públicas de saúde, resíduos sólidos, mobilidade urbana e educação (quadro 2).

¹Professor do Curso de Ciências Sociais. Doutorando do PPAD/UNAMA. jonesbarros1@hotmail.com

²Graduandos do Curso de Ciências Sociais da UNAMA.

O quadro 2 mostra as incidências e os resultados da ação desses OS.

QUADRO 2 – Incidências e resultados das ações dos Observatórios Sociais na Amazônia

OS	INCIDÊNCIAS	RESULTADOS
BELÉM - PA	<ul style="list-style-type: none"> - Atualmente possui maior ênfase em Saúde, Gestão de Resíduos Sólidos; Mobilidade Urbana e Educação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorias de processos de participação social, como a edição do Decreto Estadual nº 1.044/2014, que regulamenta o controle social da gestão de medicamentos do Estado. - Integração de membros da comunidade na prevenção da violência, promoção da cultura da Paz e realização de ações de desenvolvimento local, em parceria com a Polícia Comunitária. - Primeira contratação de catadores para coleta seletiva em Belém pela Prefeitura Municipal de Belém. - Elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Belém. - Adesão do município de Belém ao Programa Cidades Sustentáveis, possibilitando o monitoramento da gestão por meio de indicadores de sustentabilidade;
CASTANHAL – PA	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhando as licitações promovidas pelo executivo. - Acompanhamento nas sessões semanais realizadas pelo legislativo Municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Economias auferidas com os pregões. - Melhoraria na gestão principalmente na transparência de suas ações.
ROLIM DE MOURA - RO	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento de licitações. - Acompanhamento da produtividade do Poder Legislativo. - Concurso de Redação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Várias legislações municipais aprovadas, como a Lei da Ficha Limpa Municipal. - Desconto de 25 % do valor do subsídio dos vereadores por cada falta à sessão de forma injustificada. - Pagamento de 4,5 UPF em caso de falta injustificada a uma reunião de Comissão Permanente. - Prédios públicos municipais pintados com a mesma cor por 10 anos. - Marcas pré-aprovadas para compras de produtos e gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis.
PALMAS -TO	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento da produtividade do Poder Legislativo. - Criação de Relatórios sobre a relevância dos projetos apresentados na Câmara. 	Não foi possível identificar

Fonte: Autores da pesquisa

¹Professor do Curso de Ciências Sociais. Doutorando do PPAD/UNAMA. jonesbarros1@hotmail.com

²Graduandos do Curso de Ciências Sociais da UNAMA.



Observa-se que a prática de incidência tem produzidos resultados como apresentado acima. Esses resultados são consequência das práticas dos OS que pressupõem ação como base a Gestão Social (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011) entendida como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade entre o OS e a gestão municipal e na transparência dos gastos públicos via processos de licitação, que no caso específico de Castanhal tem auferido economias nos pregões.

As incidências e resultados da ação dos OS evidenciam que ainda que de forma limitado, tais iniciativas mostram a importância da constituição de espaços de participação e controle, por meio dos quais a sociedade assuma uma postura ativa, no acompanhamento dos gastos públicos por meio dos quais se implementam as políticas públicas (TENÓRIO, 1998; 2008; FRANÇA FILHO, 2003; 2008; JUNQUEIRA, et al., 2009) pela gestão das cidades.

4 CONCLUSÕES

O trabalho buscou analisar os papéis desempenhados pelos Observatórios Sociais (OS) em cidades da Amazônia, a partir dos fundamentos da Gestão Social.

Constatou-se que os fundamentos da Gestão Social como a dialogicidade e a transparência vem possibilitando as incidências e resultados alcançados pelos OS nas cidades estudadas.

No que se refere às incidências constatou-se que relacionam-se ao acompanhamento das licitações promovidas pelo executivo local, bem como a participação das sessões do legislativo municipal.

Quanto aos resultados o estudo mostrou que a Rede de OS na Amazônia em pouco tempo alcançou alguns resultados como o controle dos gastos públicos, pelo acompanhamento das licitações e outras despesas como merenda e manutenção de prédios públicos, além de participação das sessões no legislativo municipal, com aprovação de lei que desconta pela ausência do vereador, como é o caso de Rolim de Moura.

Portanto, o estudo mostra que a Rede de OSB e os OS nas cidades da Amazônia, ainda que limitado, vem contribuindo no acompanhamento dos gastos públicos e no trabalho do legislativo e que tais iniciativas mostram a importância da constituição de espaços de participação e controle, por meio dos quais a sociedade assuma uma postura ativa frente à gestão das cidades.

REFERÊNCIAS

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cad. EBAPE.BR, v. 9, n. 3, p. 681-703, Set. 2011.

¹Professor do Curso de Ciências Sociais. Doutorando do PPAD/UNAMA. jonesbarros1@hotmail.com

²Graduandos do Curso de Ciências Sociais da UNAMA.



CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cad. EBAPE. BR, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. Texto para Discussão 2008. Brasília, 2008. 23 p.

JUNQUEIRA, L. A. P. et al. Parcerias e Redes Sociais: a busca pela gestão social eficaz - um estudo de caso. In: III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. 3, Juazeiro, 2009. Anais... Juazeiro, ENAPGS, 2009

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BELÉM. Disponível em < <http://www.osdebelem.org/>> Acesso em: 28 jul. 2014.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL. Disponível em< <http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/>> Acesso em: 28 jul. 2014.

SCHOMMER, Paula Chies. Apresentação: Democracia, cidades e controle social. In: Democracia: desafios, oportunidades e tendências. PINHEIRO, Daniel; MELO, Danilo; COSTA, João (Orgs.). Florianópolis: Imaginar o Brasil, 2014, p. 215-220. Disponível em<https://www.academia.edu/9888953/Democracia_Desaf%3%ADos_Oportunidades_y_Ten_dencias>. Acesso em: 22.09.2016.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, RS, ano VIII, n. 16, p. 20 – 45, dez. 2006.

TENÓRIO, F. G. “Gestão social: uma perspectiva conceitual”. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998. TENÓRIO, F. G. (Re)visitando o conceito de Gestão social. In: SILVA JUNIOR, J. T. et al (Org.). Gestão Social: Práticas em Debates, Teorias em Construção. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2008.

TENÓRIO, F.G. A Trajetória do programa de estudo em gestão social. Revista de Administração Publica. Rio de Janeiro, V.40,n. 6, Nov/dez.2006.

¹Professor do Curso de Ciências Sociais. Doutorando do PPAD/UNAMA. jonesbarros1@hotmail.com

²Graduandos do Curso de Ciências Sociais da UNAMA.